

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 119

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

|                               |                              |
|-------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> ..... | <i>Valdir Rossoni</i>        |
| <i>Líder Oposição</i> .....   | <i>Orlando Pessuti</i>       |
| <i>PTB</i> .....              | <i>Ademar Traiano</i>        |
| <i>PFL</i> .....              | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PMDB</i> .....             | <i>Nereu Moura</i>           |
| <i>PPB</i> .....              | <i>Tony Garcia</i>           |
| <i>PT</i> .....               | <i>Hermes Fonseca</i>        |
| <i>PDT</i> .....              | <i>Edgar Bueno</i>           |
| <i>PSDB</i> .....             | <i>Sérgio Spada</i>          |
| <i>PL</i> .....               | <i>Pastor Edson Praczyk</i>  |
| <i>PSL</i> .....              | <i>Edno Guimarães</i>        |
| <i>PST</i> .....              | <i>Divanir Braz Palma</i>    |

## Representação Partidária

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE SETEMBRO DE 2000**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 021/2000

Curitiba, 11.09.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras, e simultaneamente, a alteração na composição das fontes de recursos, no valor de R\$14.899.381,00 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e um reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a execução do Programa de Desenvolvimento Integrado dos Transportes com a Construção de Obras Rodoviárias e Estradas Rurais - Caminhos da Educação e da Produção.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica aprovado a alteração na composição das fontes de recursos ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$14.899.381,00 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e um reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo anterior desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III, IV, V e VI, desta lei.

Art. 3º - Fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Orçamentária Anual para 2000, conforme Anexos VII e VIII desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRÉSCIMO  
DE DESPESAANEXO I  
ANEXOFL. 01  
R\$1,00

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO   | NATUREZA<br>DA DESPESA | FONTE | LDR | VALOR      | N. DO<br>PROC.<br>COP. |
|--------|---|------------------------|-------|-----|------------|------------------------|
| 7100   | Secretaria de Estado dos Trans-<br>portes               |                        |       |     |            |                        |
| 7130   | Departamento de Estradas de<br>Rodagem - DER            | 4490.51                | 00    | L   | 10.661.525 | 0883                   |
| 1180   | Construção de Obras<br>Rodoviárias                      | 4490.51                | 00    | L   | 4.045.856  | 0887                   |
| 1181   | Estradas Rurais - Caminhos da<br>Educação e da Produção | 4490.92                | 00    | L   | 192.000    | 0883                   |
| TOTAL  |   |                        |       |     | 14.899.381 |                        |

REDUÇÃO  
DE DESPESAANEXOII  
ANEXOFL. 01  
R\$ 1,00

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO   | NATUREZA<br>DA DESPESA | FONTE | LDR | VALOR      | N. DO<br>PROC.<br>COP. |
|--------|---|------------------------|-------|-----|------------|------------------------|
| 7100   | Secretaria de Estado dos<br>Transportes                 |                        |       |     |            |                        |
| 7130   | Departamento de Estradas de<br>Rodagem - DER            |                        |       |     |            |                        |
| 1180   | Construção de Obras<br>Rodoviárias                      | 4490.51                | 25    | L   | 10.661.525 | 0883                   |
| 1181   | Estradas Rurais - Caminhos<br>da Educação e da Produção | 4490.51                | 25    | L   | 4.237.856  | 0887                   |
| TOTAL  |   |                        |       |     | 14.899.381 |                        |

ACRÉSCIMO  
RECEITA CENTRALIZADAANEXO III  
ANEXOFL. 02  
R\$ 1,00

| CÓDIGO     | ESPECIFICAÇÃO  | FONTE | VALOR      | PROCESSO |
|------------|--|-------|------------|----------|
| 1721.01.01 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos<br>Estados e do Distrito Federal | 00    | 14.899.381 | 0887     |
| TOTAL      |  |       | 14.899.381 |          |

REDUÇÃO  
RECEITA CENTRALIZADAANEXO IV  
ANEXOFL. 02  
R\$ 1,00

| CÓDIGO     | ESPECIFICAÇÃO           | FONTE | VALOR      | PROCESSO |
|------------|-------------------------|-------|------------|----------|
| 2211.01.00 | Venda de Ações da Copel | 25    | 14.899.381 | 0887     |
| TOTAL      |                         |       | 14.899.381 |          |

**ACRÉSCIMO  
DE RECEITA DESCENTRALIZADA**
**ANEXO V  
ANEXO**
**FL. 03  
R\$ 1,00**

| CÓDIGO     | ESPECIFICAÇÃO                                       | FONTE | VALOR      | PROCESSO |
|------------|---|-------|------------|----------|
|            | Secretaria de Estado dos Transportes                |       |            |          |
| 7130       | Departamento de Estradas de Rodagem - DER           |       |            |          |
| 2412.49.00 | Transferências de Recurso Ordinário - Não Vinculado | 00    | 14.899.381 | 0887     |
| TOTAL      |   |       | 14.899.381 |          |

**REDUÇÃO  
DE RECEITA DESCENTRALIZADA**
**ANEXO VI  
ANEXO**
**FL. 03  
R\$ 1,00**

| CÓDIGO     | ESPECIFICAÇÃO   | FONTE | VALOR      | PROCESSO |
|------------|---|-------|------------|----------|
|            | Secretaria de Estado dos Transportes                                |       |            |          |
| 7130       | Departamento de Estradas de Rodagem - DER                           |       |            |          |
| 2412.25.00 | Transferência da Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito | 25    | 14.899.381 | 0887     |
| TOTAL      |   |       | 14.899.381 |          |

**ACRÉSCIMO  
DE OBRAS**
**ANEXO VII  
ANEXO**
**FL. 04  
R\$ 1,00**

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO  | FONTE | ALO | VALOR     | PROCESSO |
|--------|--|-------|-----|-----------|----------|
| 7100   | Secretaria de Estado dos Transportes   |       |     |           |          |
| 7130   | Departamento de Estradas de Rodagem - DER  |       |     |           |          |
| 1180   | Construção de Obras Rodoviárias  |       |     |           |          |
| 184    | Braganey   |       |     |           |          |
| 0005   | Construir Braganey - Iguatu (B)  | 00    | L   | 575.000   | 0883     |
| 374    | Icaraíma   |       |     |           |          |
| 0001   | Construir os acessos ao Ribeirão do Veado e ao Rio Paraná em Porto Camargo (B)       | 00    | L   | 9.400.000 | 0883     |
| 636    | Ponta Grossa   |       |     |           |          |
| 0025   | Construir Viaduto na Av. Ernesto Vilela, sobre a RFFSA (Ligação Centro - Sabará) (B) | 00    | L   | 86.000    | 0883     |
| 814    | Tamarana   |       |     |           |          |
| 0017   | Construir Tamarana - Rio Apucarana Grande (Estrada Arroio Grande) (B)                | 00    | L   | 185.000   | 0883     |
| 950    | Estado   |       |     |           |          |
| 0040   | Contratar Assessoria de Projetos e Supervisão de Obras                               | 00    | L   | 415.525   | 0883     |

ACRÉSCIMO  
DE OBRASANEXO VII  
ANEXOFL. 04  
R\$ 1,00

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO   | FONTE | ALO | VALOR   | PROCESSO |
|--------|---|-------|-----|---------|----------|
| 1181   | Estradas Rurais - Caminhos da Educação e da Produção                                |       |     |         |          |
| 110    | Almirante Tamandaré   |       |     |         |          |
| 0001   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Estrada da Tranqueira (B)              | 00    | L   | 236.000 | 0887     |
| 141    | Arapuã  |       |     |         |          |
| 0007   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Arapuã - Romeópolis (B)                | 00    | L   | 236.000 | 0887     |
| 148    | Assis Chateaubriand   |       |     |         |          |
| 0011   | Executar Terraplenagem e Pavimentação trecho PR-446 - Silveiropolis - Vila Nice (B) | 00    | L   | 533.856 | 0887     |
| 171    | Boa Ventura de São Roque  |       |     |         |          |
| 0016   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PR-466 Boa Ventura de São Roque (B)    | 00    | L   | 206.000 | 0887     |
| 202    | Campina da Lagoa  |       |     |         |          |
| 0021   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Sede - Herveira (B)                    | 00    | L   | 200.000 | 0887     |
| 203    | Campina do Simão  |       |     |         |          |
| 0022   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Campina do Simão - Cerro Verde (B)     | 00    | L   | 160.000 | 0887     |
| 358    | Guaraniaçu  |       |     |         |          |
| 0033   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Guaraniaçu - Belarmino (B)             | 00    | L   | 20.000  | 0887     |
| 392    | Iporã   |       |     |         |          |
| 0039   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho BR-272 (Iporã) - Oroite (B)            | 00    | L   | 40.000  | 0887     |
| 428    | Jaguariaíva   |       |     |         |          |
| 0045   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Jaguariaíva - Pesqueiro (B)            | 00    | L   | 40.000  | 0887     |
| 446    | Jesuítas  |       |     |         |          |
| 0048   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Sede - Itaguaie (B)                    | 00    | L   | 70.000  | 0887     |
| 456    | Kalore  |       |     |         |          |

ACRÉSCIMO  
DE OBRASANEXO VII  
ANEXOFL. 04  
R\$ 1,00

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO  | FONTE | ALO | VALOR   | PROCESSO |
|--------|--|-------|-----|---------|----------|
| 0050   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Kalore - Distrito de Jussara (B)              | 00    | L   | 300.000 | 0887     |
| 464    | Leópolis   |       |     |         |          |
| 0053   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PR-160 - Distrito de Jandinópolis (B)         | 00    | L   | 150.00  | 0887     |
| 474    | Londrina   |       |     |         |          |
| 0055   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Paiquere - Ponte Rio Taquara (B)              | 00    | L   | 146.000 | 0883     |
| 520    | Matelândia   |       |     |         |          |
| 0061   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Agrocafeira - Vila Esmeralda (B)              | 00    | L   | 315.000 | 0887     |
| 558    | Nova Fátima  |       |     |         |          |
| 0066   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PR-218 - Bairro de Messias (B)                | 00    | L   | 30.000  | 0887     |
| 584    | Palmas   |       |     |         |          |
| 0070   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PR-449 - Rio Chopim (B)                       | 00    | L   | 30.000  | 0887     |
| 628    | Pitanga  |       |     |         |          |
| 0080   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Pitanga - PR-466 - Cinco Encruzilhadas (B)    | 00    | L   | 129.000 | 0887     |
| 643    | Porto Barreiro   |       |     |         |          |
| 0084   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Porto Barreiro - BR-158 (B)                   | 00    | L   | 283.000 | 0883     |
| 656    | Prudentópolis  |       |     |         |          |
| 0087   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Prudentópolis - Tijuco Preto (B)              | 00    | L   | 126.000 | 0887     |
| 684    | Reserva  |       |     |         |          |
| 0089   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PR-239 - Lajeado Proença - Campinas Belas (B) | 00    | L   | 180.000 | 0887     |
| 766    | São João do Ivaí   |       |     |         |          |
| 0097   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho São João do Ivaí - Ubauna (B)                 | 00    | L   | 170.000 | 0887     |

ACRÉSCIMO  
DE OBRASANEXO VII  
ANEXOFL. 04  
R\$ 1,00

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO  | FONTE | ALO | VALOR      | PROCESSO |
|--------|--|-------|-----|------------|----------|
| 802    | Sarandi  |       |     |            |          |
| 0100   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Sede - Vale Azul (B)                              | 00    | L   | 175.000    | 0887     |
| 830    | Terra Roxa   |       |     |            |          |
| 0103   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Terra Roxa (Alto Alegre) - Santa Rita D'Oeste (B) | 00    | L   | 270.000    | 0887     |
| TOTAL  |  | TES.  | L   | 14.707.381 |          |

REDUÇÃO  
DE OBRASANEXO VIII  
ANEXOFL. 05  
R\$ 1,00

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO   | FONTE | ALO | VALOR     | PROCESSO |
|--------|---|-------|-----|-----------|----------|
| 7100   | Secretaria de Estado dos Transportes  |       |     |           |          |
| 7130   | Departamento de Estradas de Rodagem - DER                                       |       |     |           |          |
| 1180   | Construção de Obras Rodoviárias   |       |     |           |          |
| 130    | Angulo  |       |     |           |          |
| 0065   | Restaurar PR-218 - Angulo - Atalaia - Entr. BR-376 (A)                          | 25    | L   | 700.000   | 0883     |
| 144    | Araucária   |       |     |           |          |
| 0058   | Restaurar PR-423 - Entr. BR-476 (Araucária) - Entr. BR-277 Campo Largo (A)      | 25    | L   | 1.300.000 | 0883     |
| 156    | Bandeirantes  |       |     |           |          |
| 0073   | Restaurar PR-518 - Entr. BR-369 (Bandeirantes) - Porto Quebra Canoa (A)         | 25    | L   | 1.500.000 | 0883     |
| 210    | Campo Largo   |       |     |           |          |
| 0063   | Restaurar PR-510/090 - Campo Largo - Ouro Fino (A)                              | 25    | L   | 700.000   | 0883     |
| 290    | Dois Vizinhos   |       |     |           |          |
| 0070   | Restaurar PR-469 - Entr. PR-281 (Dois Vizinhos) - Verê - Itapejara do Oeste (A) | 25    | L   | 1.000.000 | 0883     |
| 332    | Francisco Alves   |       |     |           |          |
| 0060   | Restaurar PRT-272 - Iporã - Francisco Alves (A)                                 | 25    | L   | 800.000   | 0883     |
| 428    | Jaguariaíva   |       |     |           |          |
| 0057   | Restaurar PR-092 - Jaguariaíva - Entronc. BR-153 (A)                            | 25    | L   | 1.261.525 | 0883     |

REDUÇÃO  
DE OBRASANEXO VIII  
ANEXOFL. 05  
R\$ 1,00

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO   | FONTE | ALO | VALOR     | PROCESSO |
|--------|---|-------|-----|-----------|----------|
| 470    | Loanda  |       |     |           |          |
| 0067   | Restaurar 218 - Entr. PR-478 (Loanda) - Entr. PR-576 Santa Cruz M. Castelo (A)                  | 25    | L   | 500.000   | 0883     |
| 558    | Nova Fátima   |       |     |           |          |
| 0066   | Restaurar PR-218 - Nova Fátima - Ribeirão do Pinhal (A)   | 25    | L   | 700.000   | 0883     |
| 572    | Nova Tebas  |       |     |           |          |
| 0072   | Restaurar PRT-487 - Rio Muquillão - Boa Vista (A)   | 25    | L   | 500.000   | 0883     |
| 594    | Paranacity  |       |     |           |          |
| 0064   | Restaurar PR-464 - Paranacity - Entr. PR-476 (Paranareal) (A)                                   | 25    | L   | 500.000   | 0883     |
| 762    | São João  |       |     |           |          |
| 0062   | Restaurar PR-281 - São João - São Jorge d'Oeste (a)   | 25    | L   | 1.200.000 | 0883     |
| 1181   | Estradas Rurais - Caminhos da Educação e da Produção  |       |     |           |          |
| 144    | Araucária   |       |     |           |          |
| 0009   | Restaurar Terraplenagem e Pavimentação Trecho BR-476 Campo Redondo - Lagoa Grande (B)           | 25    | L   | 403.856   | 0887     |
| 152    | Atalaia   |       |     |           |          |
| 0012   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Sede - Bairro Caiçara - Bairro Batalha (B)         | 25    | L   | 176.000   | 0883     |
| 158    | Barbosa Ferraz  |       |     |           |          |
| 0013   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Sede - Pocinho (B)                                 | 25    | L   | 400.000   | 0887     |
| 160    | Barracão  |       |     |           |          |
| 0014   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Linha Campinas - Siqueira Belo (B)                 | 25    | L   | 300.000   | 0887     |
| 214    | Cândido de Abreu  |       |     |           |          |
| 0025   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PRT-487 (Linha Ivaí) - Jacaré (B)                  | 25    | L   | 200.000   | 0887     |
| 232    | Castro  |       |     |           |          |
| 0026   | Executar Terraplenagem e Pavimentação trecho Castrolanda - Colônia Castrolanda - Capão Alto (B) | 25    | L   | 200.000   | 0887     |



REDUÇÃO  
DE OBRASANEXO VIII  
ANEXOFL. 05  
R\$ 1,00

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO  | FONTE | ALO | VALOR      | PROCESSO |
|--------|--|-------|-----|------------|----------|
| 368    | Ibaiti   |       |     |            |          |
| 0035   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PR-435 (Km 27,7) - Euzébio de Oliveira (B)        | 25    | L   | 400.000    | 0887     |
| 424    | Jacarezinho  |       |     |            |          |
| 0044   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho Sede - Água Feia - Cachoeira (B)                  | 25    | L   | 400.000    | 0887     |
| 458    | Lapa   |       |     |            |          |
| 0051   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PR-427 - Vista Alegre - Pedra Lisa (B)            | 25    | L   | 500.000    | 0887     |
| 0052   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PR-427 - Faxinal dos Pretos (B)                   | 25    | L   | 500.000    | 0887     |
| 838    | Tomazina   |       |     |            |          |
| 0104   | Executar Terraplenagem e Pavimentação Trecho PRT-272 - Sape (B)                                | 25    | L   | 313.000    | 0887     |
| 950    | Estado   |       |     |            |          |
| 0113   | Contratar Infro, Meso, Montagem de Super-estrutura, Pontes, Vigas, Lajotas e Guardas Rodas (B) | 25    | L   | 445.000    | 0883     |
| TOTAL  |  | TES.  | L   | 14.899.381 |          |

**Ofícios:****OFÍCIOS**

Sob os nºs CTL/SEEG/136 a 165/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

233/2000: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a incluir no edital de venda do Banestado a manutenção de contas dos depósitos referentes a tributos estaduais, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.909. **Anote-se - Arquivo-se.**

075/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 11.525, de 02 de outubro de 1996, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Plantas Jardim Savóia, Viviane e Jussara, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.910. **Anote-se - Arquivo-se.**

073/2000: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Reserva do Iguaçu,

com sede no município de Reserva do Iguaçu e foro no município de Pinhão, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.911. **Anote-se - Arquivo-se.**

061/2000: De autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social - Núcleo de Serranópolis do Iguaçu, com sede no município de Serranópolis do Iguaçu e foro no município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.912. **Anote-se - Arquivo-se.**

044/2000: De autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos Pró-Boqueirão - AAPB, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.913. **Anote-se - Arquivo-se.**

038/2000: De autoria do deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social Municipal de Corbélia, com sede e foro no município de Corbélia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.914. **Anote-se - Arquivo-se.**

023/2000: De autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Teatro Amador Direpenti, com sede e foro nesta Capital, o qual con-

vertido em Lei tomou o nº 12.915. **Anote-se - Arquivo-se.**

649/2000: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança do Sudoeste, com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.916. **Anote-se - Arquivo-se.**

295/2000: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, da Escola Estadual Vereador Luiz Maltaca, com sede e foro no município de Itaperuçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.917. **Anote-se - Arquivo-se.**

093/2000: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Bairro Mercês, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.918. **Anote-se - Arquivo-se.**

094/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância - Unapmi, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.919. **Anote-se - Arquivo-se.**

096/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Creche do Trabalhador - Astro, com sede no município de Pontal do Paraná e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.920. **Anote-se - Arquivo-se.**

127/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito do Alecrim, com sede e foro no município de Curiúva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.921. **Anote-se - Arquivo-se.**

136/2000: De autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que declara de Utilidade Pública a Associação Caminho da Vida "Lar Dona Vera", com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.922. **Anote-se - Arquivo-se.**

139/2000: De autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos São Luiz Gonzaga, com sede e foro no município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.923. **Anote-se - Arquivo-se.**

142/2000: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Juranda, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubiratã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.924. **Anote-se - Arquivo-se.**

145/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Guairaçá, com sede no município de Guairaçá e foro no município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.925. **Anote-se - Arquivo-se.**

164/2000: De autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado de Cafelândia - Provocaf, com sede no município de Cafelândia e foro no município de Corbélia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.926. **Anote-se - Arquivo-se.**

177/2000: De autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública o Clube da Terceira Idade Sempre Unidos, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.927. **Anote-se - Arquivo-se.**

122/2000: De autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Brasil, com sede e foro no município de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.928. **Anote-se - Arquivo-se.**

568/99: De autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do Departamento de Trânsito - Detran, a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Mandaguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.929. **Anote-se - Arquivo-se.**

585/99: De autoria do deputado Algaci Tulio, que denomina Instituto de Criminalística perito Criminal Arlindo Blume o Instituto de Criminalística do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.930. **Anote-se - Arquivo-se.**

029/2000: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Manguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.931. **Anote-se - Arquivo-se.**

031/2000: De autoria do deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Manoel Ribas, uma Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - Ciretran, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.932. **Anote-se - Arquivo-se.**

070/2000: De autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Médicos de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.933. **Anote-se - Arquivo-se.**

083/2000: De autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Ancoradouro, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.934. **Anote-se - Arquivo-se.**

134/2000: De autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a denominar Via do Conhecimento, o trecho que liga o Trevo da Polícia Rodoviária km 0,0 até o km 3,0 da PR-469, município de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.935. **Anote-se - Arquivo-se.**

185/2000: De autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação dos

Notórios e Registradores do Brasil - Anoreg - Seção do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.936. **Anote-se - Arquivo-se.**

611/99: De autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Ciretran no município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.937. **Anote-se - Arquivo-se.**

647/99: De autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a denominar José Benício de Souza, a PR-561, que liga o município de Nova Aliança do Ivaí ao município de Paranaíba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.938. **Anote-se - Arquivo-se.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 291/2000, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a transferir por doação lotes urbanos à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

### REQUERIMENTO Nº 1706

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene em 20 de novembro às 17h alusivas a Data Nacional da Consciência Negra e a celebração dos 305 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

### REQUERIMENTO Nº 1704

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata de trabalho desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do senhor Lindolfo Derlan, ocorrido na cidade de Planalto.

Requer, ainda, se dê ciência deste requerimento ao senhor Nelson Derlan, no município de Planalto e ao senhor Jorge Elias Pereira, no município de Cândói.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

### JUSTIFICATIVA:

O senhor Lindolfo Dernan, foi um dos pioneiros do município de Planalto, onde militou na política, tendo, inclusive, sido presidente do antigo MDB. Exemplar pai de família, grangeou um grande número

de amigos, os quais certamente sentirão muito a sua ausência.

Por meio deste requerimento, queremos nos solidarizar com os familiares e amigos do extinto, manifestando nossas sinceras condolências e profundo pesar.

### REQUERIMENTO Nº 1705

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, alusivos a eleição da nova diretoria, ocorrida no dia 11 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente médico veterinário, doutor Paulo Alfredo Miranda, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Brasília Itibere, 376, CEP 80210-060, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

### REQUERIMENTO Nº 1707

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmicas de Louças e Porcelanas no Estado do Paraná, alusivos a realização da 9ª Feira da Louça e Porcelana de Campo Largo e 1ª Feira de Decoração, Artesanato e Produtos para o Lar, realizado dia 06 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor José Carlos Canisso, através de correspondência a ser encaminhada a Rua XV de Novembro, 2535, CEP 83601-030, Campo Largo - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

### REQUERIMENTO Nº 1708

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Escola de Vigilantes Mirins de Ivaiporã, alusivos a realização do Jantar Espanhol, ocorrido no dia 02 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência a presidente senhora Marta de Oliveira Weber, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida São Paulo, 851, CEP 86870-000, município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

### REQUERIMENTO Nº 1710

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Coral Folclórico Santa Felicidade, pelo lançamento do CD "L'Allegria Italiana", nesta Capital, em data de 11 de setembro do corrente.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Coral Folclórico Italiano Santa Felicidade está lançando o CD "L'allegria Italiana".

O Coral foi fundado em março de 1945 por um grupo de vizinhos, todos descendentes de imigrantes italianos vindos de Vêneto - legítimos colonizadores do bairro italiano de Santa Felicidade na nossa capital.

Quem conhece Santa Felicidade é testemunha do trabalho constante e dedicação deste povo que ali se instalou há muito e mantém, até hoje sua tradição na fabricação do vinho, na saborosa culinária, nas danças típicas e na acolhida de todos que visitam o tradicionalmente famoso bairro curitibano.

A principal finalidade do Coral é a de manter e preservar as tradições destes imigrantes, através das canções, cultivando e estimulando os valores culturais, religiosos e seus costumes itálicos.

O Coral já teve participação em apresentações com outras 5 etnias, bem como participação no CD Canta Natal editado em 1994. São vozes privilegiadas que cantam buscando resgatar os antepassados colonizadores do bairro. As vozes saem do coração, evocando letras e melodias que lembram a Itália, país que nos doou seus filhos, que aqui chegaram com disposição e força para trabalhar, muita alegria para compartilhar e uma cultura rica que se incorporou à nossa, tornando-nos orgulhosos de sua presença.

O repertório do Coral inclui canções folclóricas, cânticos litúrgicos no idioma italiano, no dialeto vênето, algumas em latim e outras no idioma português. Além do maestro e instrumentistas, o coral atualmente é formado por 40 integrantes, todos amadores, sendo que ainda conta com seus dois fundadores: senhor Silvano Tulio (atualmente presidente do coral) e senhor Antonio Luca.

Pelo lançamento do CD exclusivo "L'Allegria Italiana", recebam todos os integrantes do Coral Folclórico Italiano Santa Felicidade (Avenida Vereador Toaldo Tulio, 81 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1711

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Escola de Polícia Civil, pela comemoração de seus 66 anos.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Polícia Civil do Paraná completou em 01.09.2000, 66 anos de sua fundação.

A Escola começou a ser idealizada em 1912, durante um Encontro Policial Brasileiro realizado em São Paulo. O encontro tinha como objetivo ensinar a futuros policiais técnicas da profissão, preparando-os para o combate à criminalidade. A partir daí, começou a crescer no Paraná, a idéia de contar com uma escola para formar seus policiais.

O projeto só se tornou realidade em 1º de setembro de 1934, quando o interventor Manoel Ribas criou a Escola de Polícia Civil do Paraná. A nova Academia surgia como instrumento de ensino de disciplinas científicas, essenciais à carreira policial. Em 1953, o então governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto aprovou a regulamentação dos cursos de formação para escrivães e agentes de polícia, estabelecendo as regras básicas para a sua realização.

Em 1976, a escola ganhou finalmente a sua sede própria, numa área ampla na vila Isabel, em Curitiba, com cerca de 2.500 metros quadrados de área construída. Contando com instalações e modernos equipamentos, oferece um programa permanente de cursos de atualização nas diversas áreas de atividade policial, ministrados por professores convidados, inclusive do exterior.

A Escola de Polícia também abre suas portas à comunidade, oferecendo cursos gratuitos de línguas (inglês e espanhol), teclado, judô, ginástica e escolinha de futebol, criados inicialmente para atender as famílias de policiais.

À Escola de Polícia Civil do Paraná, através de seu diretor - delegado Anibal Bassan Junior (Rua José Loureiro, 376 - Ctba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1712

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Hospital Evangélico, pela comemoração de seus 41 anos.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Universitário Evangélico de Curitiba (HUEC) comemorou seus 41 anos de fundação.

Consolidado como um dos maiores prestadores de serviços do SUS - Sistema Único de Saúde no Paraná, somente no ano passado o Hospital Evangélico atendeu cerca de 500 mil pessoas (o equivalente a 30% da população de Curitiba). Destes atendimentos, 425 mil foram pelo SUS. Na maternidade, 28 dos 30 partos realizados diariamente são feitos pelo sistema público.

O Hospital Evangélico, cuja natureza é filantrópica, investe constantemente na modernização de suas

dependências e seus equipamentos e não deixa fora desta meta o seu quadro de funcionários, com o corpo médico passando por constantes cursos de especialização e atualização. Hoje dos 2300 funcionários do HUEC, 300 são médicos.

O Hospital Evangélico é referência nacional na área de queimaduras em todos os graus - a Clínica de Queimados, única no Estado é centro de excelência em qualidade e recebe pacientes de toda a região Centro-Sul do País.

Além do hospital-escola para os alunos da Faculdade Evangélica de Medicina, o HUEC oferece cursos de especialização médica em 27 áreas e cursos de mestrado e doutorado em cirurgia, reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC. O setor de cirúrgico, muito conceituado, atende transplantes cardíacos, renais, de fígado, medula óssea e córnea.

Pela comemoração de seus glorioso 41 anos, receba o Hospital Universitário Evangélico de Curitiba, através do doutor André Zacharow (R. Augusto Stellfeld, 1908 - Ctba), os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1713

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao doutor Paulo Edison de Macedo Pacheco pela sua eleição para integrar o Conselho Superior do Ministério Público.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Paulo Edison de Macedo Pacheco.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O doutor Paulo Edison de Macedo Pacheco integra o Ministério Público desde 1974, quando ingressou como promotor substituto, assumindo as comarcas de Campo Mourão e Umuarama.

Bem inspirados andaram os senhores procuradores e promotores de Justiça do Estado do Paraná, que sufragaram por 550 votos o nome do doutor Paulo Edison de Macedo Pacheco como o novo membro do Conselho Superior da Magistratura.

Membro exornado dos mais peregrinos dotes de inteligência e caráter, conhecedor profundo da arte da Magistratura. Ninguém como Vossa Excelência estaria em melhores condições para ocupar tão honroso cargo.

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz, em que se concretiza um sonho daqueles corações bem formados que sufragaram o nome do doutor Paulo Edison de Macedo Pacheco.

É pois, uma demonstração desse nosso sentir que almejamos em nome do Poder Legislativo do Estado do

Paraná, ao eminente conselheiro, toda a sorte de felicidade.

#### REQUERIMENTO Nº 1714

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao doutor Ronald Juarez Moro, pela sua nomeação e posse como juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Ronald Juarez Moro.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O juiz doutor Ronald Juarez Moro, é natural de Curitiba.

Formou-se em jornalismo pela Faculdade de Filosofia Católica e em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Foi professor da Escola da Magistratura e Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Paraná.

Ingressou na Magistratura em dezembro de 1972, atuou nas comarcas de Tibagi, Cambará, Campo Mourão, Castro, Ponta Grossa e Curitiba.

A justiça é, sem dúvida, a pedra angular da sociedade.

De todas as instituições humanas é aquela que mais dignifica o homem e mais o aproxima da perfeição.

É para nós paranaenses um dia de gala, este momento em que festejamos a nomeação e posse do doutor Ronald Juarez Moro como novo juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

Estamos certos de que nossa expectativa não será iludida e que as tradições de honradez, que marcaram as decisões proferidas durante sua trajetória serão mantidas.

É, pois, uma demonstração desse nosso sentir que almejamos em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao eminente juiz doutor Ronald Juarez Moro, toda a sorte de felicidade.

#### REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Círculo Militar do Paraná, pela passagem do 66º aniversário de existência.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao coronel Sérgio Brasil, presidente do Círculo Militar do Paraná, para que receba e transmita a todos os diretores e associados as homenagens da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Ontem, dia 10 de setembro, o Círculo Militar do Paraná comemorou 66 anos de existência, e, entre as diversas comemorações orgulhosamente, inaugurará no próximo dia 17, o complexo de piscinas térmicas coberto, entregando aos associados e dependentes o maior e melhor presente que poderiam esperar. Grandiosa obra, antiga aspiração de milhares de sócios, sem dúvida alguma o melhor atualmente em clubes sociais de Curitiba.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. E o espírito cansado pela labuta diária precisa de distrações que atuarão como desintoxicantes e lenitivo ao organismo exausto.

Recrear o espírito e retemperá-lo para novos embates e novas lutas. Um arco que permanece sempre tenso, perderia sua elasticidade e tornar-se-ia inútil para o fim a que se destina.

Se lançarmos os olhos em volta de nós, veremos que os povos que mais produzem, quer no terreno do trabalho produtivo, quer nos arraiais do espírito, são aqueles que sabem dosar as horas de recreio com as de labuta diária.

Criar, construir e inaugurar, portanto, o complexo de piscinas térmicas coberto, é prestar um relevante serviço social cujos frutos se farão sentir diretamente no associado e seus familiares.

Bem inspirados andaram todos os diretores e associados comandados pelo presidente coronel Sérgio Brasil. Estejam certos de que a sociedade e a Pátria vos serão reconhecidos.

Que o Círculo Militar do Paraná, prospere, produzindo frutos são os desejos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, para galardão de seus diretores e felicidade de todos os associados e familiares.

#### REQUERIMENTO Nº 1718

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a aluna Franciele Cristina da Silva da Escola Estadual Pilar Maturana de Curitiba, vencedora do concurso “O melhor lugar do mundo é aqui”.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a aluna Franciele Cristina da Silva, bem como a direção da Escola Estadual Pilar Maturana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Participando do concurso de frases promovido pelo Ministério da Educação (MEC), destinado a alunos de 5ª a 8ª séries do primeiro grau como parte dos 500 anos de descobrimento do País.

Franciele é autora da frase “O melhor lugar do mundo é a escola, porque é o local onde nasce o Brasil dentro de nós”, que agora integra a campanha publicitária que será veiculada até o próximo dia 16 em todas as emissoras de tevê do país.

Dona Helena Maria Silva, mãe da aluna Franciele, como mãe carinhosa saberá compreender com seu coração cheio de alegria e ternura, continuar encaminhando Franciele para novos embates. Deus a recompensará pelo muito que fizer e praza céus que sempre alimente o espírito com o pão do saber e da verdade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado honra-se em poder participar da alegria da família da aluna Franciele, bem como de todos os diretores e colegas da Escola Estadual Pilar Maturana de Curitiba.

#### REQUERIMENTO Nº 1709

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, vêm manifestar seu total apoio à política de Reforma Agrária, que no Paraná tem empenho e acompanhamento permanente do governador Jaime Lerner.

Da mesma forma endossam a atuação do doutor José Carlos de Araujo Vieira, superintendente regional do Incra, pelos bons serviços prestados ao assentamento dos verdadeiros agricultores com vocação para a terra.

Rejeitam ainda, todo o tipo de ocupação de prédios públicos ou de propriedades privadas, por ferir a Constituição e as leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(aa) ADEMAR TRAIANO, DIVANIR BRAZ PALMA, CESAR SILVESTRI, HERMAS BRANDÃO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, TONY GARCIA, ALGACI TULIO e PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 1699

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exce-lentíssimo senhor secretário dos Transportes, doutor Heinz Herwig, solicitando providências urgentes no sentido de autorizar restauração da rodovia PR 467 no trecho entre São Carlos do Ivaí a Floraí que encontra-se totalmente danificada, inclusive colocando em risco a vida dos que por ali transitam, devido aos imensos buracos na pista.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exce-lentíssimo senhor prefeito municipal de Maringá, Jairo

Gianoto, congratulando aquele executivo pelo término da obra do aeroporto daquela cidade.

Sem dúvida alguma o novo Aeroporto Regional de Maringá irá determinar o divisor de desenvolvimento da região e acelerará o progresso de Maringá rumo ao terceiro milênio.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1715

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Casa, do Artigo “A inversão do ônus da prova”, de autoria do doutor João Feder, publicado no Jornal O Estado do Paraná, do dia 07 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor João Feder, bem como ao doutor Paulo Cruz Pimentel, diretor-presidente do jornal O Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Vivemos numa época em que as dificuldades se multiplicam, desafiando as tremendas responsabilidades sobre os ombros da sociedade.

A impunidade ainda é uma das maiores vergonhas nacionais. É inconcebível que o Brasil continue sendo assaltado por uma turma que atravessam incolumes suas responsabilidades jurídicas e pecuniárias.

Estamos cheios de homens exímios na malversação dos dinheiros públicos.

A população está se afogando num mar de lama jamais visto, e, contudo, o governo consegue através da mídia, passar a imagem de mar de rosas.

O próprio senhor presidente da República, doutor Fernando Henrique Cardoso, em pronunciamento feito recentemente em Goiás, afirmou que uma de suas obras é a reconstrução moral e social do Brasil. “O Brasil agora quer mãos limpas, quer decência, quer em cada ação do governo se pergunte quantos empregos irá gerar e se vai para os ricos ou para os pobres”.

Disse textualmente o senhor presidente. Reiterou ainda sua firme posição de não deixar que obra sob suspeita venha ser incluída no orçamento.

Como quase tudo o que é feito ultimamente em Brasília, também este veio no momento oportuno, e na dose exata. O povo quer de fato, mãos limpas, está cheio de histórias de malversações, rombos e escândalos.

Não é somente “agora” que o Brasil quer decência e mãos limpas. Sempre desejou, “Progresso e Pátria sem dívidas com amor, trabalho e Ordem Social.

Por esta razão, entendemos perfeitamente justa a transcrição nos anais da Casa, para legar aos pósteros este

exemplo com o artigo “A inversão do ônus da prova”, de autoria do doutor João Feder.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 293/00

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná,

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigatória a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa instituir a obrigatoriedade da distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná.

O câncer é a quarta doença que mais mata no Brasil, porém comprovado cientificamente que quando tratado de início, o mesmo tem cura.

Medicamentos para tratamento de câncer tem um custo muito elevado e grande parcela de nossa população não tem condições econômicas para bancar um tratamento, motivo pelo qual apresentamos a presente proposição.

Contamos com a compreensão e apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 294/00

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná,

### D E C R E T A :

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, o Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

o presente projeto de lei visa a autorizar o Poder Executivo a criar, através da secretaria da Agricultura e Abastecimento, o Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná, com a técnica do plantio direto de soja.

Voltando os olhos para a Região Noroeste de nosso Estado, enxergamos um horizonte novo e com enormes oportunidades para quem está em busca de uma nova fronteira agrícola, o que já foi comprovado através de pesquisas feitas pelo IAPAR durante dois anos e por agricultores de modo isolado.

No noroeste, há exatamente 3,2 milhões de hectares ocupados, em sua grande parte por pastagens de baixo aproveitamento econômico e terras devolutas. Para se ter uma idéia da dimensão dessa área, basta dizer que o Estado, maior produtor nacional de soja, cultiva cerca de 2,8 milhões com essa oleaginosa. O solo predominante é o arenito caiua, no qual é possível explorar uma agricultura moderna, a considerar pelos vistosos níveis de produtividade obtidos.

Na safra de 1999/2000, colhida neste ano, a produção agrícola no arenito já havia avançado para mais de 60 mil hectares.

No programa institucional, objeto do presente Projeto de Lei, o Estado colocaria a disposição dos agricultores, estrutura para correção do solo (calagem), destoca, micro bacias (curvas de nível) e acessos às estradas vicinais, além de uma mídia forte voltada a conscientização dos agricultores.

Este projeto terá ainda por meta impedir que a Região Noroeste, que compreende os 3,2 milhões de hectares, prossiga no seu processo de degradação do seu solo, evitando que um desastre maior ocorra nos próximos 20 anos, como a desertificação que se prenuncia.

O potencial econômico oferecido pelo noroeste é um grande presente para o Paraná, e oportunidades, afinal de contas, não são para sempre. Certamente, com o desenvolvimento do programa proposto fará com que o Noroeste desponte como um novo celeiro do Estado do Paraná.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação de tal propositura.

#### PROJETO DE LEI Nº 295/2000

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Comunitária Tia Sandra, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2000

(a) CHICO NOROESTE

#### JUSTIFICATIVA:

A Creche Comunitária Tia Sandra é uma associação sem fins lucrativos, tendo como objetivo, dar assistência as crianças de famílias carentes, no amparo de

seus filhos durante o tempo em que exerçam a ocupação profissional diurna. Neste sentido, solicitamos apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação de projeto de lei que ora apresentamos.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao senhor deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos entrando na reta final da campanha eleitoral. Apenas 18 dias separam o povo do Paraná e do Brasil desse importante acontecimento brasileiro.

Venho, aqui, para enaltecer o transcurso da campanha eleitoral no Paraná. Um clima absolutamente tranquilo, democrático sem maiores dificuldades. Isso não só nos municípios que represento, mas, pelo conhecimento que temos no Paraná inteiro. Demonstra o amadurecimento da nossa população, o crescimento das nossas Lideranças e, na verdade, o respeito à democracia por parte dos políticos do nosso Estado.

Quero também, senhor presidente, me contrapor à opinião do governador Jaime Lerner que ontem numa entrevista à imprensa, disse que: 70% dos seus aliados haverão de vencer as eleições no Paraná. É uma análise simplista do governador porque ele é, sim, o maior cabo eleitoral que temos no Paraná. Infelizmente está ali enclausurado no Palácio num verdadeiro casulo e não sai às ruas porque sabe que o povo do Paraná o detesta. O povo do Paraná o reprova pelo governo ineficiente que vem executando. tanto é verdade que bastou o governador Jaime Lerner aparecer no programa eleitoral do Cássio Taniguchi, para que o Cássio Taniguchi caísse 5 pontos percentuais na pesquisa eleitoral. Demonstra que é um governador que não tem, hoje, o respeito da população pelo péssimo governo que vem executando.

E não sou eu que estou falando, senhor presidente, não existe hoje um candidato neste Paraná que se disponha a tirar fotografia com o governador Jaime Lerner. Não existe que eu conheça! Isso demonstra a grande inversão de valores que nós temos e não pode vir o governador Jaime Lerner cantar de galo, dizer que os seus aliados vão vencer as eleições no Paraná em 70, 80%. Gostaria que o governador mostrasse os municípios que ele vai ganhar aonde, efetivamente, ele está apoiando: com a presença, com a fotografia, com a subida dele nos palanques. Aí sim, o governador pode atribuir a si o prestígio e a força dos seus companheiros e dos seus candidatos. Agora, não com a balela de dizer que os candidatos do PFL, do PTB, do PPB, do PL são méritos do governo do Paraná. Pelo contrário. Lá na minha região tem candidatos do PFL, do PTB e do PL, do PTB que têm o apoio do PMDB, do PT, do PDT e que não são candidatos do governo, porque lá no palanque fazem um discurso



de oposição ao governo do Estado. Por isso, é simplista, é muito simplista a afirmação de um governo impopular, de um governo que não atende com os compromissos da população vir se aforrar na imprensa como o grande vitorioso dessa campanha eleitoral. Não dá, senhor presidente, para ouvir calado uma afirmação eivada de inverdades como esta de um governo enclausurado, que não consegue sair as ruas, porque o povo não o deixaria transitar livremente.

Como eu disse, aqui em Curitiba, a cidade em que o governador poderia desfrutar até de certa condição favorável eleitoralmente, aqui em Curitiba a sua presença é um desastre na campanha eleitoral. Como eu disse, bastou o seu aparecimento na televisão para que o prefeito Cássio Taniguchi caísse 5 pontos percentuais na campanha eleitoral, correndo risco, inclusive, de levar a eleição para o 2º turno. E indo para o 2º turno, correndo o risco de perder a campanha. Que governo é esse? Que moral tem um governador para vir cantar de “galo”?

Ora, não dá para ouvir calado uma conversa que não tem a efetiva consonância na base popular. O que nós mais ouvimos por onde andamos, pelos lugares por onde andamos, pela vilas, pelos carreadores, pelas ruas, pelas estradas, pela agricultura, no funcionalismo público, nos professores, nos policiais, em todos os lugares, é a insatisfação do povo do Paraná em relação ao governo Jaime Lerner. A insatisfação patente, clara e inequívoca do povo que reclama de um governo que falta com o dever de casa, um governo que não cumpre com os seus compromissos, um governo que não tem a coragem de pôr a cara na rua, não tem a coragem de apoiar os seus companheiros, não tem a coragem de subir no palanque para apoiar os seus companheiros que tanto o defenderam no palanque eleitoral. E hoje eu não sei se o governo Jaime Lerner quer ir nos palanques, ou se os seus companheiros não querem que ele vá. O fato é que não compareceu em lugar algum, está aqui enclausurado no Palácio Iguaçu, está ali e dali não sai. Eu, senhor presidente, ficava torcendo, pensando com os meus companheiros: “mas, quando que o governador vai aparecer na campanha, o nosso melhor cabo-eleitoral, o nosso mais competente cabo-eleitoral, o nosso mais enigmático cabo eleitoral para nos ajudar, para nos fortalecer, porque do lado que ele vai é um desastre, o povo vira-se contrário. E infelizmente o governador, já estamos no final, deputado Pesuti, a 18 dias da campanha eleitoral e ele não vai nos ajudar, não vai apoiar os seus candidatos. É uma situação lastimável o Paraná chegar nesta situação do governador do Estado não ter a coragem de sair as ruas para apoiar os seus companheiros.

Por isso, que nós não aceitamos o grito da vitória que sai ali do Palácio Iguaçu, é um grito falso, é um grito que não ecoa nas ruas, é um grito que não se verifica no povo paranaense, é um grito que é apenas para inglês ver, que fica ali apenas para efeito de mídia.

Não para computar os prefeitos eleitos por mais que sejam do PFL, como se fosse vitória do governo

Jaime Lerner. Não dá, porque cada caso é um caso. Cada caso tem uma realidade.

E é por isso, senhor presidente, que eu venho à tribuna para deixar, aqui, clara a nossa posição que o governador precisa olhar o mapa do Paraná e computar como vitória sua efetivamente aqueles municípios em que ele está apoiando os candidatos presentemente com propaganda nos palanques, nos comícios ou com a sua força eleitoral, mas não porque o cidadão A ou B é desse ou daquele partido. Que fique muito claro para que a verdade impere e o pinga seja colocado em cima do “i”.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, senhores deputados.

No dia 10 de agosto deste ano, recebia de Vossa Excelência, presidente, a incumbência de, nesta tribuna, saudar a nossa gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná, quando comemorava os seus 146 anos. E eu dizia que o homem não se improvisa. A Nação, como indivíduo, é o estuário de um largo passado de esforços, de sacrifícios e de abnegações. O culto dos antepassados é o mais legítimo de todos. Os antepassados nos fizeram o que somos. No passado grandes homens, glória, entenda-se a verdadeira glória - eis aqui o capital social sobre o que se assenta uma idéia nacional.

Tem glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, haver feito grandes coisas juntos, querer ainda fazê-las, eis aí as condições essenciais para ser um povo. Ama-se em proporções de sacrifícios com sentidos dos males sofridos.

Emprestei estas palavras de Ernest Renan, para naquele momento saudar aqui nesta Casa um grande número de oficiais, soldados da nossa gloriosa Polícia Militar que receberam desta Casa naquela ocasião os cumprimentos e o reconhecimento dos senhores parlamentares, muito embora, e é bom que se diga aqui, senhor presidente, senhores deputados, exista uma má vontade do comando geral da Polícia Militar em relação a um entendimento com esta Casa e com os senhores parlamentares. Mas não é o caso agora de uma possível intriga entre alguns parlamentares e o comandante da Polícia Militar, porque a Polícia Militar é maior do que seu comando. Os seus 146 anos de glória e de serviços prestados ao Paraná é maior do que o comandante da Polícia Militar.

E é por esta razão, senhor presidente, que venho à tribuna neste momento em que a Casa recebe um grupo de senhoras, de familiares de policiais militares, temos aqui a presença do coronel Honório Bortolini que acompanha também, tenho certeza que acompanha em nome do Clube dos Oficiais da Polícia Militar. Não tive tempo de manter um contato com o Bortolini antes da sessão, porque eu participava de uma comissão interna aqui da Casa, mas quero de antemão dizer a todos que sempre fui

defensor da Polícia Militar, como quero crer que a maioria dos senhores - ou todos os senhores parlamentares aqui - são defensores da nossa corporação, da nossa importante e centenária corporação que é a Polícia Militar.

Podemos, um ou outro, termos algumas divergências e alguns atos isolados que um ou outro militar possa realizar e eu mesmo nos meus 43 anos de comunicação tive vários confrontos com a Polícia Militar nos meus veículos de comunicação, sofri alguns processos em consequência disto, mas nunca deixei de respeitar a instituição. Era um problema isolado do comunicador em relação a corporação. Mas ao longo desses 43 anos muito mais angariei amigos dentro da Polícia Militar do que inimigos e até acredito que não tenham um único inimigo dentro da Polícia Militar. Foram fatos que aconteceram há mais de 30 anos, no início da nossa carreira como repórter policial. E, devo dizer, que na área da segurança pública, este nosso envolvimento há mais de 40 anos, possibilitou uma convivência salutar, um dia-a-dia de sacrifícios, de reivindicações para as polícias civil e militar.

E, é por isso que venho aqui hoje. Por que temos tomado esta posição diariamente no veículo de comunicação que trabalhamos e entendemos que há uma gritante injustiça a um número de policiais militares que, em consequência de uma lei aprovada por esta Casa, uma mensagem governamental, se não me engano, de 1990, eu estava aqui como representante naquela época, e equivocadamente ou voto vencido por que na época eu era oposição ao governador Álvaro Dias. E, a Casa aprovou uma mensagem que alterou a questão salarial da polícia militar, e, em consequência daquela lei, uma parte destes policiais militares entraram na justiça e ganharam a questão tendo seus direitos conquistados, porque o erro da lei acabou provocando uma complicação na questão dos salários e da própria hierarquia dentro da Polícia Militar.

Depois veio também, em consequência disto, uma emenda constitucional de número 19 da Presidência da República, que tem uma artigo que reduz os quinquênios, que é outro problema sério dentro desta questão, que reivindicam aqui as senhoras dos policiais militares. A cada cinco anos havia um percentual de cinco por cento de aumento que era levado para a aposentadoria. Agora, porém, um decreto do governador Jaime Lerner, está tirando os quinquênios para o cálculo da aposentadoria.

Com isso, um coronel que vai para a reserva, perde 50% de salário e um soldado perde 30%. E, isto faz com que um grupo de policiais militares soldados, ganhem mais do que sargentos. É uma situação bastante complexa e que nós, independentemente de sermos bancada governistas ou não temos que reparar esta injustiça, este erro que a lei provocou e que esta Casa aqui, em 1990, acabou aprovando.

Queria dizer aos senhores parlamentares e aos senhores familiares de policiais militares, especialmente à

mulher que é o sustentáculo da família, porque só ela sabe o quanto é difícil o seu marido sair sem saber se volta vivo ou não, só ela sabe o quanto é difícil estabelecer o domicílio numa cidade e dali alguns anos ter que abandonar tudo aquilo que plantou, o filho na escola, uma família junto à comunidade e, de repente, ter que sair de lá e se deslocar para uma outra área com outro clima, com outras condições.

E, é por esta razão, em homenagem à mulher que veio a esta Casa reivindicar não o aumento salarial como mostram as faixas, não vieram aqui reivindicar aumento salarial. Também que bom se pudéssemos dar melhorada ainda, mas a situação é difícil. Para piorar a situação está aí uma lei de responsabilidade fiscal, que vai ingressar governadores, presidente da república e prefeitos.

O que elas vieram buscar aqui? A Justiça. Esta Casa tem por obrigação - sejamos nós bancada governista ou não ou oposição - nos irmanar neste momento e encontrarmos uma saída, que possa reparar essa injustiça.

É nesse sentido, que venho à Tribuna, nesta tarde, pedir ao líder do governo, nosso companheiro Valdir Rossoni, para que possamos, quem sabe, sentarmos após a sessão, nos próximos dias, mas quanto antes melhor, porque quanto mais demormos, evidentemente, o desgaste para o governo será maior ainda.

Já há uma convocação dos senhores oficiais, para a próxima quinta-feira, o presidente do Conselho Diretor do Clube dos Oficiais está convocando os senhores sócios patrimoniais, para participar de uma assembléia geral extraordinária, dia 14 de setembro, na sede social da entidade, com início previsto para às 15:00 horas, para tratar de três itens: perdas salariais imposta pelo governo aos militares estaduais em geral; distorções salariais entre militares dos mesmos postos e graduações e o conseqüente perigo à hierarquia e disciplina na corporação; equiparação salarial entre policiais militares e civis, que é outra reivindicação justa da Polícia Militar, como proposta para a integração de um sistema de segurança pública. Não adianta fazer uma integração - se é para fazer para a mídia, é fácil fazer - entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, se não houver uma equiparação salarial. Senão o que vai acontecer? Aquele que ganha mais, que vá para a frente de batalha, de bucha-de-canhão. Eu ganho menos, vou ficar aqui esperando o resultado.

Senhor presidente, como justiça, esta Casa tem que reparar e com o bom senso, que o governo tem também de verificar essa questão do decreto, que foi colocado por ele. Temos nós essa responsabilidade - volto a repetir - independente, de bancada governista ou de oposição, de trabalharmos para fazer uma reparação. Peço ao líder do governo, portanto, para que possamos nessas próximas horas, quem sabe a própria Casa forme urgentemente uma comissão, para estudar essa matéria, para que a gente possa modificar, melhorar e resgatar a justiça, que

vem reivindicar as senhoras e familiares dos senhores militares.

Muito obrigado.

**(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa diretiva, nobres Pares, senhoras e senhores representantes da Associação de Esposas de Militares da Polícia Militar do Paraná.

Hoje, senhor presidente, assumimos esta tribuna, para em nome do PST, falarmos de dois assuntos importantes. Primeiro, está em estudo, inclusive, na mesa do comandante da Polícia Militar do Paraná, um projeto de lei de nossa autoria, que institui adicional noturno e hora extra para o policial militar. Queríamos anunciar em outra época, mas achamos propício falar hoje, já que temos aqui as esposas desses valerosos policiais que compõem o nosso corpo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A exemplo do Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, nós também vamos com esse projeto, com certeza, instituir adicional noturno e hora extra para os soldados que trabalham, que fazem parte da Polícia Militar.

Isso não é virtude nenhuma, acredito, tenho certeza que o governador Jaime Lerner não vai vetar porque é um direito justo do trabalhador militar que se expõe, além da periculosidade que se expõe, do perigo que correm, trabalham além das horas normais e à noite. O adicional noturno é ganho já reconhecido na maioria dos estados brasileiros e que o Paraná ainda não o fez.

Acredito que este nosso projeto na Assembléia Legislativa, tenho certeza que vai ser aprovado, por unanimidade, e tenho certeza que vai ser aprovado pelo governador. Acho que com isso vamos fazer justiça a essa corporação que tanto tem trabalhado para o bem do Estado do Paraná, no cumprimento da sua missão, na salvaguarda, na defesa das nossas famílias, dos nossos proprietários rurais, enfim que trabalha pela paz cumprindo seu dever de bom brasileiro, de bom militar.

Então, era essa notícia que eu queria dar aos senhores aqui presentes.

Senhor presidente, um outro assunto é com relação a uma notícia muito alvissareira que nos foi passada pela diretoria do Iapar, que a região do Arenito Caiuá, que compreende mais de 3 milhões de hectares de terra, região essa da qual nós temos o orgulho de representar nessa Assembléia, segundo estudos do Iapar, dois anos de pesquisa confirmaram, deputado Basílio, Vossa Excelência que também é da região noroeste, o Iapar confirmou, dois anos de pesquisa que a região de arenito Caiuá, é tão produtiva, em soja, quanto a nossa terra roxa, a nossa famosa terra roxa.

Nós temos no Paraná, hoje, 2 milhões e 800 mil hectares plantados de solo, o que garante o primeiro lugar, em produtividade, em todo o País. Imaginem os senhores agora alongarmos as nossas fronteiras agrícolas com um programa de recuperação dessa região noroeste. Foi esse assunto que tratamos com o nosso secretário de Agricultura, Polloni, com o nosso chefe da Casa Civil Alcení Guerra, com líderes das cooperativas da região noroeste e estamos desenvolvendo um projeto no sentido que o governo estabeleça um programa de recuperação dessas áreas que, na realidade, hoje estão em grande parte degradadas com acentuada erosão, devido à prática de uma pecuária que hoje já não dá condições de lucratividade para os pecuaristas.

Terras também que estão abandonadas, e que poderão, com esse programa do governo Jaime Lerner fazer com que haja um revigoramento dessas áreas com calagem, curva de nível, microbacias, destocas, enfim, uma recuperação para que nós possamos restabelecer um ciclo de progresso, na região noroeste, como nós conhecemos na época do café.

O Paraná poderá, no mínimo, dobrar a sua produção de soja com a recuperação dessa região noroeste, com o plantio da soja, o plantio direto que é a técnica aplicada, o plantio direto da soja. E a produtividade, hoje, segundo técnicos da Iapar é semelhante à produção na terra roxa.

Então vejam os senhores a importância de nós podermos recuperar 3.2 milhões de hectares de terras que hoje estão tendo uma ocupação medíocre, porque a pecuária extensiva ela hoje não recupera, ela não dá retorno ao produtor rural.

Então nós vamos apresentar um projeto, nesta Casa, em parceria com o governo estadual através da Secretaria de Agricultura, com o apoio indispensável da Casa Civil, com as Cooperativas, com a Ocepar e demais entidades ligadas à terra, com os sindicatos rurais, com a Faep, Federação da Agricultura do Estado do Paraná, para que possamos levar adiante, com a máxima rapidez possível este programa de recuperação do arenito Caiuá.

Tenho certeza, senhor presidente, nobres pares, que nós vamos, em primeiro lugar fazer justiça a esta região que tanto já contribui para o desenvolvimento do Paraná, segundo, vamos estancar de vez o êxodo rural, permitindo que a geração de emprego nesta região venha inibir que paranaenses saiam do interior do Estado do Paraná e venham para a área metropolitana de Curitiba, que já está provocando um verdadeiro caos, um inchaço nessa área metropolitana, porque Curitiba, nós vemos a sua expansão industrial, exige mão-de-obra qualificada é aquela ligada a terra, e aqui na área metropolitana de Curitiba nos sabemos que tem mão-de-obra para pessoas qualificadas, na área automotiva, na área eletro-eletrônica e assim por diante.

O Sr. **Basílio Zanusso**  
**(Assentimento)**

Cumprimento Vossa Excelência porque atribuo, para tratar de assunto de tamanha importância.

Eu não sei exatamente se aproveitaríamos toda área do noroeste para a cultura de soja, porque a nossa região, especialmente o arenito do Caiuá, tem uma tendência forte para erosão e a cultura da soja exige o removimento, tombamento das terras mas o que mais valoriza a presença de Vossa Excelência nessa tribuna é de fazer soar também pelo Paraná afora, manifestações da Secretaria da Agricultura com estudos que tenham respeito, e insistentemente a Faep tem estudos, tem trabalhado, tem apresentado projetos e sugestões nesse sentido, especialmente ou conjuntamente com a Cocamar, que publicou recentemente em alguns órgãos de divulgação do Estado, este projeto, isto é, Vossa Excelência colocou bem, a transformação dessas pastagens antigas que não foram renivadas, que sua produtividade é insignificante até para fins de desapropriação de reforma agrária, não está mais atendendo aqueles níveis mínimos exigidos pelo Incra, e os olhos do governo voltados ou voltando-se agora para a região do Noroeste veio em bom tempo, se bem que nós não poderíamos deixar de registrar também a existência de grandes áreas de cana-de-açúcar que além de produtivas ajuda no combate à erosão, especialmente mais próximo da gente tem lá as Usinas de Santa Terezinha, que são 4, do Grupo Meneguetti, e da Usina de Alto Alegre, de Coroadó, Usina Junqueira, que são inclusive exemplos não só da indústria, mas como do cultivo. Mas o meu aparte que peço a Vossa Excelência neste instante é para lhe dizer da sua importância e da sua oportunidade até porque o noroeste já era hora de ser lembrado.

Muito obrigado!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o aparte de Vossa Excelência que veio enriquecer o nosso pronunciamento. A maioria dos deputados conhecem a realidade do interior do Paraná. Sabe-se que a cana, ela devido a sua natureza, ela só viabiliza ser plantada no máximo 20 Km, de distância da usina, porque o aproveitamento da cana é somente de 13%, os 87% viram bagaços e as outras áreas da região noroeste, como Vossa Excelência bem colocou são hoje áreas utilizadas por fazendeiros desmotivados, que não encontram retorno nas aplicações dos seus recursos, a não ser hoje, na agropecuária industrial, de produção de novinho precoce que já é uma pecuária avançada.

Mas, nós achamos que com essa recuperação com o plantio da soja na técnica direta, não há problema de erosão. Já há experiência, nós temos 300 mil hectares plantados nesta área, inclusive o Prefeito Scanavak lá em Umuarama foi o grande incentivador da introdução do plantio da soja na região do Arenito Caiuá e os resultados são excelentes.

Estamos colhendo hoje em torno de 120 sacas por alqueire, quase comparado a produção do plantio da soja na terra roxa.

O deputado Zucchi estão confirmando, porque é engenheiro agrônomo, conhece e sabe que realmente a salvação da região noroeste é nós recuperarmos esta região com o plantio da soja. É uma vitória do IAPAR, da Universidade Estadual de Maringá também, e demais entidades como as cooperativas Luiz Lourenço de Maringá, Presidente da Cooperativa da Cocamar. É um entusiasta dessa atividade.

Então o nosso projeto virá aí e depois nós vamos debater com este texto.

Quero agradecer e tornar público aqui a Moção de Apoio que os deputados ligados na sua maioria a Base Ruralista assinaram esta Moção de Apoio, dizendo o seguinte:

(Lê):

#### “REQUERIMENTO

Súmula: Moção de Apoio.

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, vêm manifestar seu total apoio à política de Reforma Agrária, que no Paraná tem empenho e acompanhamento permanente do governador Jaime Lerner.

Da mesma forma endossam a atuação do doutor José Carlos de Araújo Vieira, Superintendente Regional do Incra, pelos bons serviços prestados ao assentamento dos verdadeiros agricultores com vocação para a terra.

Rejeitam ainda, todo o tipo de ocupação de prédios públicos ou de propriedades privadas, por ferir a Constituição e as Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(aa) Assinaturas ilegíveis”

Hoje nós estamos vendo em Curitiba, pseudo-líderes, pessoas ligadas à terra, ao prédio do Incra. O que contraria no nosso entendimento, nós que somos deputados, que trabalhamos dentro dos princípios rígidos da lei, essa baderna que podemos considerar essa atuação do MST, só pode ter o nosso repúdio.

Essa Moção de Apoio é o nosso reforço político, para que permaneça José Carlos de Araújo Vieira na Superintendência que vem realizando um grande trabalho frente ao processo de Reforma Agrária que está instituído no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada, em especial as esposas dos policiais militares, presentes aqui hoje nesta reunião.

Tenho ao longo da minha vida pública acompanhando, em especial, à questão do policial militar e do esforço dessa Associação das Esposas dos Policiais Militares do Paraná.

Quero aqui cumprimentá-lo, inclusive, pela coragem, já que disciplinarmente um policial militar tem a sua voz calada, inclusive, até nas suas reivindicações no que existe de mais sagrado que é lutar por um melhor salário.

As esposas dos policiais militares têm ao longo de toda esta vida, ao lado dos seus maridos, que saem quase que sempre inseguros de casa e a mulher é o sustentáculo junto da família, na esperança de que o marido volte vivo, já que lamentavelmente no Paraná, no Brasil, o bandido vive melhor aparelhado e armado que a própria polícia. Elas não têm se rendido ao temor, nem ao medo de poder reivindicar em favor da própria família que também é uma corporação à parte.

Tenho acompanhado e visto a luta dessas mulheres na medida em que Londrina também detém o Batalhão da Polícia Militar e quem sabe seja até na mesma colocação que está Londrina e outras cidades que têm o batalhão, a gente recebe as informações desta insegurança que vivem todos, tanto o policial dentro da sua atividade, como a família. Lá eu tenho tido conhecimento, tenho batalhado e lutado publicamente. Vejo hoje a vinda de todas elas aqui, já representadas através da Associação, para pedir ao governador Jaime Lerner que corrija as injustiças dos governos anteriores. Acho que é uma postura tomada com muita coragem por parte da Associação, já que pede ao atual governo que se corrija as injustiças feitas e cometidas em governos já passados.

Quero cumprimentar o deputado Algaci Tulio que bem se pronunciou nessa questão e esse tema é um tema de conhecimento de todos nós, deputados, todos aqueles que estão militando na vida pública sabem dessa situação, que não é só do policial militar, mas, de um modo geral, do quadro geral até do funcionalismo público que vive em função dos planos de governo impostos na Nação inteira, defasagem na questão salarial, inclusive na falta de atenção de outros governos com relação a isso.

Queria senhor presidente, cumprimentá-las e pedir a Vossa Excelência que, num prazo determinado regimentalmente, possamos ouvir a senhora Maria da Conceição dos Santos, relações públicas da Associação e que aqui neste momento, representa a presidente da Associação das Esposas dos Policiais Militares.

Quero cumprimentar a Dona Maria da Conceição, com quem convivo e conheço e sei do seu trabalho e coragem de dizer que aqui, Dona Maria, esse Parlamento é um Parlamento que deve estar, a todo o instante, parando os seus trabalhos, para poder ouvir as reivindicações vinda de lá, do povo, porque aqui a voz do povo é levada a sério e a voz do povo é a voz de Deus.

Quero cumprimentar a senhora e dizer à senhora que sabemos da sua intenção e que rogamos aqui que a sua fala fique marcada e que possamos fazer coro junto com todas as mulheres, filhos e familiares dos policiais militares, para que a gente possa corrigir

essa injustiça que, de todas que são abomináveis na vida humana, mas a justiça social é essa do melhor salário do melhor ganho e a que nós devemos fazer para melhorar a qualidade de vida de todos nós, não só no Brasil, mas em especial, no Estado do Paraná.

Queria pedir que Vossa Excelência convoque a senhora Maria da Conceição dos Santos que representa a Associação das Esposas dos Policiais Militares.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Atendendo a requerimento do senhor deputado Moysés Leônidas, a presidência cede o espaço de cinco minutos para a senhora Maria da Conceição dos Santos, relações públicas da Associação das Esposas dos Policiais Militares.

#### A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a todos os senhores deputados e agradecer à presidência da Casa pela oportunidade que hoje nos é dada de poder ocupar esta tribuna.

Agradecer aos deputados que se pronunciaram a favor da Polícia Militar. Nós neste momento, estamos imensamente gratas pelo apoio que nos é dado hoje. Muito dos senhores devem se lembrar que em 96 nós ocupamos também esta Tribuna e viemos pedir por justiça, pelos baixos salários e pela insatisfação que vive todo o efetivo da Polícia Militar. Como disse o deputado Algaci Tulio em 96 quando chegou uma emenda para que fosse votada a favor da Polícia Militar, essa emenda ela deixou toda a corporação insatisfeita pela distorção que ocorreu na folha de pagamento, com a volta parcial da gratificação PM Especial. Desde 96 a Associação tem trabalhado, tem lutado para que seja corrigida essa distorção. Em que ela dá uma defasagem grande na folha de pagamento do Policial Militar.

Imaginem senhores deputados, que hoje nós temos no efetivo da Polícia Militar duas faixas salarial. Porque em 96 quando o governo retornou com a gratificação PM-Especial, ele nos deixou com uma defasagem muito grande. E muitos a maioria do efetivo, entrou na Justiça. E só 552 conseguiram ter de volta em sua folha de pagamento a gratificação PM-Especial.

Então a insatisfação, hoje, é que existe dois policiais com a mesma graduação, trabalhando junto e um ganhando X e o outro Y. Muitas vezes tem sargento comandando um soldado e um soldado ganhando mais que um sargento. Essa é a revolta que está havendo desde 96 com o efetivo da Polícia Militar. Temos feito várias reuniões com o Secretário de Segurança, com o chefe da Casa Civil, com a Secretária de Administração só que hoje nunca o governo nos chamou para conversar e para atender os nossos anseios.

Na última eleição o senhor governador colocou o deputado Abelardo Lupion para correr o Paraná inteiro, dando o seu aval, que se funcionários públicos o eleges-

sem, em janeiro se implantaria a volta da gratificação PM-Especial. Só que isso não aconteceu e além de não ter acontecido ele continua enxugando a folha de pagamento do policial militar. Hoje ele está nos tirando, também, o quinquênio. O quinquênio é uma gratificação que o policial tem a cada 5 anos, sempre vinha sobre o soldo e as vantagens, hoje o governo só paga sobre o soldo. O que isso acarreta ainda mais na insatisfação, é que um policial militar depois de 30, 35 anos trabalhando em prol da sociedade, correndo risco, não tendo segurança nenhuma quando sai para o trabalho, vai para casa com uma defasagem de 30, a 35% na folha de pagamento.

Se hoje vivemos numa situação para dizer a verdade quase desumana, com salário que hoje ganha o policial militar, agora imaginem vocês com uma defasagem de 30 a 35% na hora em que ele vai para casa, que merece um pouco de conforto, um pouco de segurança na sua vida com a sua família. Pois já estamos numa fase que não podemos mais ter outro emprego e já numa fase de termos um pouco de descanso.

Não são só esses dois pontos que estamos insatisfeitos. O que o governo faz conosco hoje: ele nos tirou a saúde. A saúde no Paraná morreu. Por isso que estamos, hoje, todas de preto. Porque estamos de luto, porque não temos salário e não temos saúde. Hoje ficamos com nossos filhos no Posto de Saúde, vamos de madrugada e esperamos até um ano quando precisamos de uma consulta com especialista. Então trabalhamos tanto, temos tanta insegurança para nada. O governo não está valorizando a Polícia Militar.

Hoje se fala que a Polícia Militar do Paraná é uma das melhores polícia. Não queremos ser a melhor, queremos também ter melhores salários. A Constituição dá a todo o cidadão brasileiro o direito de ganhar o suficiente para a moradia, a saúde, a educação e ao lazer. Só que a família do Policial Militar nunca teve.

O que queremos de vocês, o que precisamos de vocês, que são os nossos representantes junto ao governo? Que vocês nos ajudem, que quando chegar uma emenda, como chegou em 1996, que ela não seja votada a toque de caixa, como aconteceu em 1996, que ela seja analisada com carinho, seja analisada com o coração, que vocês vejam a necessidade que temos de ter a volta do que nos foi tirado. Não queremos aumento de salário, queremos justiça, queremos que os nossos maridos quando vão trabalhar, e muitas vezes não sabemos se vamos ter eles de volta em casa, mas que, pelo menos, eles saiam com a tranquilidade que estão saindo para o trabalho, mas que a sua família está segura, que nada lhe falta.

E hoje, o que acontece? Às vezes estamos fazendo bingo para tirarmos vários policiais de uma situação difícil.

Então, precisamos que vocês nos ajudem, que quando votarem, votem com consciência numa emenda que chegar até vocês. Votem com o coração!

Mais uma vez queria agradecer pelo apoio e por esta oportunidade.

Muito obrigada!

A SRA. SERAFINA CARRILHO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras esposas de policiais que se encontram hoje conosco, aqui.

(Lê):

“Gostaria de colocar o meu pensamento acerca da presença nesta tarde de hoje, neste plenário, das esposas dos policiais militares do Estado do Paraná, que lotam as galerias desta Casa de Leis.

Não é dado aos servidores públicos militares direito de greve por melhores salários.

Mas não existem quem negue o direito das mulheres dos policiais de se manifestarem.

É a mulher quem sofre na carne as dificuldades do dia-a-dia, sabemos que o País, de uma maneira geral está atravessando dificuldades, mas se for possível estudarmos alguma forma de melhorarmos os vencimentos dos servidores da segurando, como um todo, isto seria muito bom.

Ouvi dizer que alguns servidores militares receberam vantagens salariais, e se foi dado a alguns, deve ser dado a todos, devemos respeitar o princípio da igualdade.

Porque benefícios dados a alguns em detrimento de outros.

Portanto peço ao senhor presidente, peço ao senhor líder do Governo para que se procedam estudos no sentido de verificar se está havendo distorções salariais entre os servidores militares.”

Estamos aqui hoje, minhas queridas amigas, esposas de policiais, pedindo ao senhor governador Jaime Lerner que corrija esta injustiça dos governos anteriores e, tenho certeza, que o nosso líder do Governo, Valdir Rossoni, irá tomar as providências a esta Casa de Leis.

O que as esposas de policiais militares querem é, simplesmente a justiça, não o aumento. Todos iguais e é isso que pedimos nesta tarde a todos os deputados e ao líder do Governo, que vamos todos juntos, de mãos dadas, lutar por estas mulheres que são valiosas e sabem administrar o pouco dinheiro que têm nas mãos.

E, assim, termino parabenizando a atitude destas bravas mulheres.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Diversos assuntos nos trazem à tribuna na tarde de hoje. O primeiro deles é que estamos conversando com a assessoria da liderança da Oposição, com os nossos companheiros deputados do PMDB, do PT, PSDB, PDT para que possamos instrumentalizar e formalizar um requeri-

mento ao Plenário da Assembléia sugerindo a realização de uma Audiência Pública nesta Casa com a presença do Secretário dos Transportes, do Diretor Geral do DER e do Diretor de Conservação porque não temos mais condições de trafegar com tranquilidade nas rodovias estaduais do Paraná.

Acredito que todos nós que aqui estamos, e que estamos em processo de campanha eleitoral, temos até mais do que de costume, percorrido rodovias paranaenses até porque, para se chegar de um município a outro, muitas vezes você se utiliza das rodovias vicinais, das rodovias secundárias que são estaduais. E, o estado destas rodovias é o mais lastimável possível.

A qualquer custo precisamos trafegar por elas porque precisamos nos deslocar de um município para outro, mas o risco que estamos correndo ao trafegar por rodovias estaduais mantidas e não conservadas pelo governo do Estado do Paraná, nem com tapa-buracos, é muito difícil.

Posso falar daquelas por onde tenho passado e, por acaso, passei recentemente pela Rodovia Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina e ela está destruída. Pitanga, Rio Moquilão, Paripa, Reserva, Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Nova Tebas, deputado Annibelli, Miltinho, Hermas que passamos sempre por esta estrada, deputado Zuk, deputado Plauto. Placa Luar, Lunardelli, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Bom Sucesso, Jandaia do Sul. São João do Ivaí, Fênix, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão. Fênix, Barbosa Ferraz, Corumbataí, Louisiânia. João Vieira, Grandes Rios, Ribeirão Bonito, Rosário, São Domingos, Borrazópolis, Caloré, Marumbi, São José, Rio Bom, Marilândia do Sul, Rio Bom Apucarana, só para dizer algumas pelas quais a gente tem tráfego. É uma situação lamentável e gostaria e na sequência vamos formalizar um requerimento, estamos estudando a forma de se elaborar este requerimento para que a Assembléia Legislativa realize uma audiência pública com o secretário dos Transportes com o Diretor Geral do DER e com o diretor de conservação do DER para que possamos realmente saber por que razão nenhuma operação tapa buracos se faz nas rodovias do Paraná.

#### **O Sr. Divanir Braz Palma**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Orlando Pessuti, quero somar com Vossa Excelência nesta preocupação com relação as nossas rodovias estaduais do nosso interior, porque estamos andando por lá, junto com o Edno e demais companheiros e estamos ouvindo os clamores das lideranças com relação ao estado precário das nossas rodovias estaduais. Hoje pela manhã falei com o Paulinho Dalmaz e ele estava me dizendo: estão tentando fazer um esforço tremendo, mas falta verba. Para Vossa Excelência ter uma idéia - 2.200 quilômetros hoje de rodovias estaduais estão se deteriorando e precisam rapidamente de uma interfer-

ência. O DER tem pessoal, tem como fazer, sabe como fazer, mas faltam recursos. O Paulinho Dalmaz me falou que são necessários alocar 50 milhões de reais, foi feita uma proposta para a Secretaria da Fazenda, mas o nosso secretário, apesar da boa vontade está com dificuldade de viabilizar devido a questão de excesso de endividamento. Esta foi a informação fornecida pelo Paulinho Dalmaz a este deputado.

Então, acho que temos que tomar alguma outra medida, porque veja Vossa Excelência, como bem disse, nós hoje temos 2.200 quilômetros que podemos recuperar com um investimento X. Se deixar para o ano que vem dobra este investimento porque as rodovias daquela região nossa de Atalaia, de Florai, de Uniflor, de Santa Fé, enfim, de toda aquela região, de Paracity, elas estão se transformando em verdadeiros buracos, senhor presidente, não é, Edno, você que acompanha lá sabe disto. E se nós este ano não socorrermos rapidamente o ano que vem temos que refazer as rodovias, porque toda a base asfáltica vai se perder, vai acabar.

Então, quero somar a sua preocupação, Vossa Excelência que é lá do interior também para que possamos achar uma saída urgente para a recuperação das nossas rodovias.

#### **O SR. ORLANDO PESSUTI**

Agradeço Vossa Excelência e evidentemente que temos notícias acerca do estado precário das rodovias em todo o Estado do Paraná. Mencionei as do Vale do Ivaí e faço questão de citar uma outra que é de São João do Ivaí e Santa Luzia Godoi Moreira onde junto com o deputado Miltinho Puppato temos estado a percorrer esta estrada seguidamente, a de São Pedro do Ivaí, distrito de Marisa a Itambé, esta inclusive foi patrolada para que pudesse oferecer uma condição de tráfego melhor.

Então, faço este registro, senhor presidente, do estado deplorável das rodovias para dizer que vamos entrar com requerimento propondo uma audiência pública aqui no Plenário.

A segunda questão - ainda há pouco fomos entrevistados por uma jornalista do comitê de imprensa e depois buscamos as informações competentes e temos uma informação a prestar a este Plenário.

**(Lê):**

**“Comissão decide convocar**

**Tereza Grossi sobre o caso Banestado**

Rose Ane Silveira  
do Folha News, em Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou hoje requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR) para que seja convocada a diretoria de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, a fim de dar explicações sobre a auditoria realizada na Banestado

Leasing, por ocasião do saneamento do banco para sua privatização.

A data da audiência ainda deverá ser definida. O deputado Osmar Dias alega que o Ministério Público do Paraná está investigando a existência de irregularidade graves na gestão do Banestado, principalmente na Banestado Leasing e também na questão da Corretora e da Reflorestadora.”

E é evidente que o Banco Central alegou em outras oportunidades que não tomou nenhuma providência, não adotou nenhum esclarecimento público, baseando-se no sempre famoso sigilo bancário.

Só para registrar, que aquilo que nós, há três ou quatro anos estamos, aqui, malhando a respeito das irregularidades, do rombo e do roubo acontecido na Banestado Leasing, agora, vai ser levado ao conhecimento da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e aí, certamente, todos nós saberemos.

Finalmente, senhor presidente, em nome da Bancada da Oposição, quero também hipotecar o nosso carinho e respeito à Polícia Militar do Paraná. Temos seguidamente conversado com o coronel Honório Bortolini, acerca das reivindicações que foram aqui trazidas hoje, pela representante da Polícia Militar, que se manifestou da tribuna e que foram também manifestadas e esclarecidas a nós, através dos pronunciamentos especiais dos deputados Algaci Tulio, Moysés Leônidas e Serafina Carrilho.

Quero dizer as senhoras esposas de policiais militares, que congregam essa associação, que nós, da Bancada da Oposição, do PMDB, do PT e os deputados do PSDB e PDT, estamos solidários com as reivindicações de Vossas Senhorias e, em especial às reivindicações da Polícia Militar. Porque conhecemos a realidade dos fatos. Fomos devidamente esclarecidos pelo coronel Honório a respeito das reivindicações.

Gostaria de fazer apenas uma correção naquilo que foi dito na tribuna na tarde de hoje, tanto pela representante da Polícia Militar, como pelo deputado Moysés Leônidas e pela deputada Serafina, em consideração aquilo que afirmou a representante da Polícia Militar. Foi dito que tem que se corrigir as injustiças de governos anteriores, o governo anterior do Jaime Lerner. Porque foi justamente no seu governo, como propriamente afirmou a representante das senhoras de policiais militares, que uma emenda foi aprovada nesta Assembléia, em 96, estabelecendo essa distorção, nas gratificações pagas aos policiais militares do Estado do Paraná. Para que não fique parecendo que as distorções e injustiças ocorreram em governos anteriores e aí tentando se colocar um carimbo, especificamente, nos governos de Requião, Álvaro Dias, José Richa, Ney Braga, Jaime Canet, o que de fato não é verdade, porque injustiças, com certeza, aconteceram nos períodos em que essas pessoas governaram o Paraná. Mas, especificamente, sobre o assunto que estamos tratando é fruto de uma emenda aprovada, em 96,

quando já era governador do Paraná, o senhor Jaime Lerner.

Quando se fala e foi dito, ali, da tribuna, vou dizer isso, porque é um dos temas que também vamos abordar, aqui, nesta Casa, na condição de líder das Oposições, que é a situação do IPE, senhor presidente. Hoje o IPE está totalmente desmontado.

Tive a oportunidade e, uns quinze dias atrás, de conversar com o doutor Boscardim - não me lembro bem o seu primeiro nome, não sei se é Roberto - que é médico do IPE, que nos procurou, relatando sobre a visita que recebeu de diversos deputados, do nosso líder das Oposições, deputado Irineu Colombo, acerca dos problemas que estão acontecendo no IPE: equipamentos laboratoriais, Raio-X, parados, tudo não funcionando mais.

A proposta do governo é que contrate um plano de saúde privado, para que cuide da questão da saúde da população. Enquanto que os médicos e funcionários do IPE estão defendendo a postura de se adotar uma autogestão do IPE, onde os funcionários pudessem eles próprios, com a arrecadação desses 2% do Fundo de Saúde Paraná Previdência, mais os 2% do governo do Estado, com esses 4, 5%, imaginam eles que poderiam administrar o IPE, em uma condição parecida com aquela em que era administrado o IPE em épocas anteriores em que era realmente valorizado e reconhecido pelos servidores públicos do Estado do Paraná.

Então essa questão de injustiças, em governo anteriores, é bom que se diga que muitas delas podem ter, sim, sido praticadas em governos anteriores em que o Jaime Lerner esteve à frente do governo do Paraná, já que ele iniciou o seu mandato, todos sabemos, no dia 1º de janeiro de 1995. E eu tenho certeza que as injustiças maiores que estão hoje sendo reivindicadas para que sejam suprimidas e eliminadas aconteceram neste período, posteriormente a 1995, que é o desmonte total do IPE que aconteceu neste período que é esta distorção provocada no pagamento das gratificações, fruto de uma Emenda de um projeto de lei que se aprovou, na Assembléia, como disse a representante da Polícia Militar, em 1996.

Era isso, senhor presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras aqui presentes.

Há pouco conversamos com o secretário de Segurança, levamos ao conhecimento do secretário a manifestação das senhoras aqui presentes e o secretário pediu-me que transmitisse as senhoras que ele já tem conhecimento das distorções, que já existe uma equipe do governo estudando esta questão, é sensível para o caso. E tão logo se termine esses estudos que estão sendo feitos em



cima dessas distorções faremos um encontro com os representantes desse movimento.

O secretário está voltando agora a tarde, nós voltaremos ainda a conversar com o secretário e eu peço ao deputado Algaci Tulio que, no final da tarde nós conversássemos com o secretário de Segurança e marcássemos um encontro com o secretário de Segurança. Eu, como líder do governo, não estarei presente, no dia de amanhã, mas o deputado Algaci Tulio que tem profundo conhecimento dessa questão, me representará e acompanhará os representantes numa reunião com o secretário da Segurança e, se possível, com o secretário Chefe da Casa Civil. Esta é a posição e nós esperamos que se encontre uma solução para este problema porque nós que estamos governando o Estado sabemos que existem várias distorções nas questões salariais, não apenas de militares, mas existem várias questões de distorções em outros setores dos serviços públicos. Em muitas questões já foram resolvidos estes problemas e esperamos resolver também mais este problema que está sendo trazido aqui pelas senhoras e que o secretário, certamente, vai dedicar-se a este assunto com o acompanhamento do deputado Algaci Tulio que tem conhecimento profundo dessa questão.

Concedo o aparte ao deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO

Quero cumprimentá-lo pela atitude tomada, não poderia ser diferente sensível como é Vossa Excelência a esta questão, tem participado ativamente de uma série de reivindicações que passam aqui pela Casa e tem sido, na verdade, aquele meio de campo que faz a Assembléia com o governo do Estado, com a Casa Civil e com as demais Secretarias. Então não poderia ser diferente a sua posição, tenho certeza que nós haveremos de encontrar um denominador comum. Recordo aqui, 1996, recordava agora há pouco com o coronel, companheiro nosso aqui da Casa, que sempre está nos visitando, Horto Bortollini, em que 1996, já no início do governo Jaime Lerner nós tivemos uma crise dentro da Polícia Militar, que era uma crise salarial. Na época, como líder do Governo nós também participamos de uma série de reuniões, e no final de todo um trabalho cansativo, e que aqui louvasse atitude do clube de oficiais da Polícia Militar, dos senhores oficiais a compreensão, o governo sinaliza naquela ocasião em função de que haveria evidentemente um valor bastante alto na folha de pagamento, sinalizava com, um parcelamento em 33 meses, e nós discutimos, fizemos outras reuniões, e no final das contas acabamos ficando com 14 parcelas que certamente já foram completadas, concluídas pelo governo do Estado.

Nós sabemos que essa mexida aqui certamente vai e a Secretaria da Administração, a Secretaria da Fazenda, vai poder sinalizar o percentual, o quanto isso vai provocar na folha de pagamento.

Nós todos sabemos, todo mundo sabe aqui que o governo não está em condições aí de ter um aumento brutal na sua folha de pagamento. Mas certamente com um

bom entendimento eu quero acreditar que até um parcelamento, o importante é fazer justiça, nem que isso tenha que se fazer em 5, 10, 15 parcelas, eu tenho a impressão que haverá uma concordância das partes interessadas, e nos haveremos sem dúvida alguma de encontrar uma solução, um caminho para esta questão, como disse também o deputado líder da oposição, não se trata de uma distorção só de outros governos, o nosso próprio governo, nós temos que reconhecer isso, também, infelizmente mal orientado, porque a Lei Institucional nº 19, não se enquadra à polícia militar nessa nº 19 se enquadraria na 18, e uma orientação que foi dada erroneamente acabou provocando toda essa distorção.

Então, nós temos como obrigação, não só nós deputados hoje, do atual governo, mas os próprios deputados de oposição, de reconhecermos que cada governo que passou desde Álvaro Dias para cá contribuiu se em alguns momentos positivamente em outros momento acabaram equivalente provocando algumas distorções que provocaram este prejuízo para o soldo do policial militar, que nós temos agora esta chance, esta oportunidade de fazer a justiça, e Vossa Excelência neste momento abre-se ao diálogo, abre espaço para que a gente possa realmente conversar com o secretário, com as lideranças das classes das senhoras e dos clubes dos oficiais para que encontremos uma saída.

Muito obrigado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço o aparte, deputado Algaci Tulio, e só para concluir sobre esta questão, dizer às senhoras que estão aqui, de que por muitas vezes nós tivemos aqui as galerias cheias de servidores que trouxeram aqui reivindicações e sempre esta liderança esteve aberta ao diálogo e sempre por mais difícil que fosse o problema aqui reivindicado ou trazido pelos servidores, sempre nós procuramos fazer aqui a intermediação, e todos os problemas que foram trazidos aqui foi encontrado uma solução dentro do diálogo, e nós esperamos que esta manifestação e este posicionamento que nós sempre tivemos aqui nesta Casa, como Líder do Governo, possa contribuir para a solução de mais este problema que já estamos aqui transmitindo a palavra do secretário de Segurança que reconhece as distorções e o governo é sensível a este problema e que já estão estudando para o mais breve possível poder dar uma posição.

A outra questão que quero aqui falar, é responder ao meu ilustre e caro companheiro, líder do PMDB, deputado Nereu Moura.

Ouvi Vossa Excelência fazendo discurso cobrando a presença do nosso governador nas eleições municipais.

Eu até me perguntei se por uma eventualidade Vossa Excelência não teria se filiado ao PFL hoje de manhã, porque quem pode fazer cobrança das ações políticas do governador, somos nós que somos seus aliados.

Eu jamais viria aqui fazer cobranças de ações do senador Roberto Requião, porque só como resposta à posição de Curitiba, o prefeito Cássio Taniguchi não precisa de babá, nem de padrinho para ganhar as eleições em Curitiba. Imagine ele está com 50% e nenhum padrinho teve que bater nas costas e reafirmar que ele é bom. A população está dizendo que ele é bom que é competente, que é administrador, que tem realizado em Curitiba uma das melhores administrações.

Por isso, é o campeão de votos do Brasil. Está aí na revista “Veja” entre os campeões de votos do Brasil.

Então a preocupação do ilustre parlamentar, acho descabida, o momento não cabe ao deputado Líder do PMDB fazer cobranças da posição do nosso Líder.

Temos a nossa equipe que comanda a campanha de Curitiba, do Paraná. O governador ocupa-se das questões administrativas do Estado e a hora que nós acharmos necessário a participação do governador, ele irá participar. Mas, temos notado que o nosso candidato em Curitiba tem vida própria, liderança, competência. Ele não precisa ter alguém para colocar a mão no seu ombro e dizer esse é o meu candidato, para tentar abençoá-lo porque certamente, o candidato que precisa de uma mão no ombro, não tem competência, não tem densidade eleitoral para disputar uma eleição em Curitiba. Prova disso, que o candidato Cássio Taniguchi soma todos os outros candidatos e com uma diferença ainda na frente de vários pontos.

Quer dizer, nada melhor do que a resposta das pesquisas, do que à posição hoje desfrutada pelo candidato Cássio Taniguchi.

Ainda temos na nossa seleção, além do Cássio Taniguchi que demonstra que vai vencer as eleições já no primeiro turno. Não estamos precisando colocar as pessoas que detêm uma liderança muito grande.

Quero dizer à Vossa Excelência que se eu quisesse aqui fazer um comentário quanto à participação ao Líder Maior do PMDB, nas eleições de Curitiba, eu não saberia avaliar até onde ele está contribuindo para a vitória ou para a derrota, porque também nós não sabemos, dois candidatos a prefeito, dois irmãos e, talvez, se lançássemos a Maristela ao invés do Eduardo e do Maurício, talvez, ela estivesse melhor colocada nas pesquisas e aí sim, talvez precisasse do apoio do governador Jaime Lerner.

Então nós estamos tranquilos, vamos vencer as eleições em Curitiba, como em vários municípios do Paraná.

A única coisa que concordo com Vossa Excelência, é que no interior do Estado as composições partidárias são as mais diferentes possíveis. Tenho vários municípios, nos quais apoio o PFL, PTB, PMDB, PSDB, porque lá depende de grupos políticos e essa é a grande verdade.

Quanto à questão de Curitiba gostaria que Vossa Excelência com todo o respeito, pela visão política que Vossa Excelência tem, quero dizer que o seu conselho não nos serve.

Vamos deixar o nosso candidato vencendo as eleições com 50% das pesquisas e, certamente, isso preocupa Vossas Excelências porque vem de longa data essa surra de ganhar sempre no primeiro turno.

Vossa Excelências teriam que ficar alguns dias junto com o Cássio Taniguchi para que ele mostrasse como é que se vence uma eleição, como venceu a outra e estava vencendo essa.

Se o presidente permitir, concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

### **O Sr. Nereu Moura**

Deputado Rossoni, não vamos tirar os méritos do prefeito Cássio. Ele tem os seus méritos. Agora, cabe a mim, cobrar ações do governador Jaime Lerner porque sou deputado, além de ser paranaense. Vivo deste Estado, sou nascido aqui no Paraná. A presença do governador, numa campanha sem dinheiro como essa, para nós da Oposição, é fundamental, porque ela é um cabo eleitoral. É um homem desgastado hoje, é um homem que não consegue sair às ruas. Apareceu uma vez no programa eleitoral do prefeito Cássio e conseguiu derrubar o prefeito Cássio por 5 pontos. Mais uma ida dele no horário eleitoral, conseguiria, com certeza, nos ajudar fortemente.

O senador Requião, concordo com Vossa Excelência, talvez não tenha a força que o governador Jaime Lerner tem, mas ele põe a cara para apanhar, ele aparece. Ele está aí, aparecendo na campanha, dando a mensagem dele. Agora, têm políticos que por mais que exerçam cargo importante como é o caso do governador que não tem coragem de pôr a sua cara e dizer quem está apoiando. Na eleição passada o Cássio Taniguchi era uma mariposa. Estava escondido. Era sombra e agora, ele esconde o seu padrinho, tem vergonha do seu padrinho, não coloca o seu padrinho na televisão, o governador Jaime Lerner. É uma ofensa ao governador o tratamento que o prefeito Cássio está dispensando e ao Rafael Greca também. Está escondido e não aparece na televisão para mostrar os apoios que possui.

### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Vejo a sua preocupação e Vossa Excelência como paranaense e teve a oportunidade de cobrar aqui questões administrativas do governo e até questões políticas. Agora, querer ditar as normas de como deve proceder o governador, não sei quem não pode sair à rua, porque o candidato do governador, quem é o paranaense que não sabe quem é Cássio Taniguchi? Se fizermos uma pesquisa no Paraná, pelo menos 99% da população e talvez nesse 1% esteja incluído Vossa Excelência, que não sabe que o Cássio Taniguchi é o candidato do governador! Agora, se falarmos em rejeição, é só nos somarmos o que têm o Maurício e o Eduardo, já demonstra quem não pode sair à rua em Curitiba.

Vamos ver o resultado desta nossa posição, no dia 1º de outubro, mas certamente, novamente Vossas

Excelências amargarão uma derrota no 1º turno que vem acontecendo há muito tempo, diga-se de passagem e isso não acontece com quem não tem competência. Já ganhamos as eleições de governador, já estamos na terceira eleição para prefeito e sempre dizem que não podemos sair às ruas, que não vencemos as eleições. Só quero alertar a Vossa Excelência que daqui a dois anos estaremos lutando numa eleição municipal e este mesmo governador que Vossa Excelência diz que não poderá sair às ruas, terá colhido boa parte dos frutos que plantou no seu primeiro governo e vai ser o grande cabo eleitoral para eleger o próximo governador do Estado do Paraná. Esta é a nossa posição e o futuro vai provar isso a Vossa Excelência.

Agradeço ao senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 157/99, de autoria dos deputados Anibal Khury e outros, que exclui dos benefícios concedidos pela Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992, as empresas que pratiquem ações econômicas danosas aos produtores paranaenses. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 157/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam excluídas dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992, as empresas estabelecidas no Estado do Paraná, que por seu estabelecimento matriz ou filial, pratiquem atos ou ações econômicas lesivos a seus fornecedores ou a seus clientes, assim declarados na forma do regulamento do Poder Executivo.

Parágrafo Único - A exclusão aqui referida, alcança as empresas controladas, coligadas ou as ligadas direta ou indiretamente a um mesmo grupo econômico, desde que uma delas tenha praticado os mencionados atos ou ações.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.09.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 092/00, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer de Pato Branco". **Aprovado.**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 138/00, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a alienar lotes de terra no município de Telêmaco Borba. **Aprovado.**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 227/00, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Academia Paranaense de Medicina Veterinária- Acampeve, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 260/00, de autoria do deputado Antônio Carlos Baratter, que declara de Utilidade Pública o Clube da Canoagem de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel. **Aprovado.**

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/00, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Movimento Recriação, com sede e foro no Distrito de Bateias e foro no município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. **Emenda Aprovada.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/00 de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Ambazul - Associação de Moradores do Balneário Costa Azul, com sede e foro no município de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, o Projeto artigo por artigo. Emenda Aprovada.**

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que proíbe a denominação de palácio aos prédios públicos estaduais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. Retorna à Comissão de Educação. (Publ. no D.A. nº 119, de 20.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 484/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que proíbe a denominação de palácio aos prédios públicos estaduais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 05.10.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/00, de autoria do deputado Edno Guimarães, fica o Poder Executivo autorizado a executar os serviços de restauração de 08 km na rodovia municipal de ligação entre a sede e o distrito de Herculândia no município Ivaté. **COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 089, de 27.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 223/2000

**P A R E C E R :**

Parecer ao Projeto de Lei nº 223/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a executar os serviços de Restauração de 8 km na Rodovia Municipal de ligação entre a sede e o distrito de Herculândia no município de Ivaté.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 223/2000

**P A R E C E R :**

O presente plano de lei de autoria do deputado Edno Guimarães, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a executar os serviços de restauração de 8 Km na rodovia municipal de ligação entre a sede e o distrito de Herculândia no município de Ivaté.

A Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, conclui que o projeto atende o prescrito em nossa constituição e aos interesses da sociedade. Fundamenta-se este parecer também, na necessidade que a população se encontra para o transporte da produção da região, por encontrar-se o trecho intransitável e o município não possui os recursos necessários para executar a obra, desse modo precisando apoio do governo do Estado.

Sendo analisado sob a ótica desta Comissão de Obras, o mesmo não possui qualquer óbice para a sua aprovação.

Nestas condições opinamos favoravelmente à aprovação do presente.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson altera a redação do Artigo 1º, da Lei nº 12.890, de 29 de maio de 2000. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 095, de 02.08.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 243/2000

**P A R E C E R :****Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 12.890, de 29 de maio de 2000.

Autuada em 03.08.2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º, do artigo 33 do Regimento Interno.

**Fundamentação**

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar verificou que o objetivo da apresentação de tal proposição é de corrigir a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública pela lei supracitada, não havendo portanto nenhum óbice para sua aprovação.

**Conclusão**

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 243/2000.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 1699 e 1700, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1704, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1705 a 1708, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1709, de autoria dos senhores deputados Ademar Traino, Divanir Braz Palma, Cesar Seleme e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1710 a 1712, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1713, 1714, 1716 e 1718, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1715, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 1717, de autoria do senhor deputado Tiago de Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 032. 048, 254, 261 e 268/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 240/2000

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 223 e 243/2000.

Levanta-se a sessão.

### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2000.

#### “A Inversão do ônus da Prova”

Jornal o Estado do Paraná

Graças à gentileza de bons amigos, enquanto estive no Tribunal de Contas, recebi convites para fazer palestras sobre corrupção em praticamente todas as capitais do país. E sempre aceitei com prazer. Isso me fazia trabalhar mais. Contudo, estou de acordo com a escritora americana Mary Little, quando disse: “Não é gostoso ficar sem ter o que fazer; o divertido é estar cheia de obrigações e não fazer nada”. E quando se está fazendo aquilo que se gosta é o mesmo do que não estar fazendo nada. Entre o serviço com prazer e o descanso, o limite é mínimo.

O meu tema, a platéia já estava acostumada, era sempre a corrupção. tema que, na realidade, acabou rendendo alguns livros.

Falar de corrupção é o que há de mais fácil, tanto ela está presente tanto no Brasil quanto em todos os países. Certo que mais em uns, menos em outros. Tanto cresceu a corrupção que deu até origem a uma entidade destinada exclusivamente a tratar da corrupção, já com sede no Brasil, a Transparência Internacional”.

Desde o seu aparecimento, a Transparência Internacional tem se dado ao trabalho de organizar um “ranking” mundial da corrupção. segundo o método da Transparência Internacional, ela procura combater a corrupção com o instituto da denúncia. Creio que essa é uma arma pouco eficiente. o cidadão que se lança à corrupção quando o faz já sabe que corre o risco de ser denunciado.

Nas minhas falas, defendi que não há nenhuma forma infalível para exterminar a corrupção. o que podemos fazer é combatê-la com rigor para reduzi-la a termos toleráveis pela sociedade.

“Segundo o método da Transparência Internacional, ela procura combater a corrupção com o instituto da denúncia”.

Mas, defendi, igualmente, que a melhor arma para combater a corrupção é a inversão do ônus da prova. Fui muito criticado por isso, pois a norma diz que quem denuncia é que tem o dever de provar.

A minha idéia, contudo, que sustento ainda hoje, é que o cidadão que ocupa um cargo público ou trabalha com dinheiro público e que, da noite para o dia melhora ostensivamente de vida, compra uma nova mansão, passa a ter carro importado, compra outro para a mulher, outro para o filho e assim por diante, vai ser obrigado a comprovar a origem do seu dinheiro. Ou seja, é a inversão do ônus da prova. Mas, plenamente justificável, porque no interesse público.

De outra parte, só se aplicaria àqueles que ocupam funções públicas, desde o presidente da República até o porteiro da Casa da Moeda. o que quer dizer que, com o consentimento dos auditados, porque o cidadão ao aceitar um cargo público já o faria sabendo que estaria sujeito à inversão do ônus da prova. Não tendo interesses escusos, jamais haveria o que temer.